



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ATENDENDO AO OFÍCIO N.º 06/2023, DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ ANTUNES VIEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO, REALIZADA NO DIA ONZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. (11-07-2023).

Ao décimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte três, terça-feira, às nove horas e catorze minutos, foi realizada reunião presencial na Secretaria de Educação, atendendo ao ofício de Comissão n.º 06/2023, de autoria do Vereador José Antunes Vieira, para continuar as tratativas sobre políticas públicas para pessoas com deficiência em Mariana, dando prosseguimento à pauta iniciada na reunião presencial/por videoconferência da comissão no dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três. **Participou da reunião** o Vereador Ricardo Miranda. **Registraram Presença:** Debora Cristina Oliveira, representante do Vereador José Antunes; Elizete Fernandes dos Santos, Secretária Municipal de Educação (SEMED); Vânia Cristina Siqueira Gonçalves, Subsecretária de Planejamento; Wemerson Vieira Borges, Subsecretário de Educação Básica; Renata Marcelina de Sousa e Andréa Mól Santos e Rosângela Lopes, da Secretaria Municipal de Educação. Ana Alice Marques Paiva, Neuzeth Pedrosa Da Silva, Fabricia Sabino de Almeida, Maria Aparecida Tavares dos Santos, Juliane Gomes Niquini e Gilma Graciela Vilas Boas, Representantes da Associação de Pessoas Com Deficiência de Mariana (ADEM). Polyana Daher Costa, Alessander Thomaz e Sarina Aimêe Bueno Simões, Representantes do Coletivo de Mães e Pais de Autistas. Daniel Magalhães e Wanessa de Paula, Representantes do Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado (NAPE); Andréa Aparecida Dias e Rossana Queiroz, representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Guilherme Gontijo, educador; Priscilla Amaral Almeida, representante da Equoterapia Pequeno Arthur; Solange Ribeiro Dos Santos Reis, representante da Comunidade Figueira. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental”, a Sra. Débora Oliveira, representante do Vereador José Antunes, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e abrindo a palavra. **Políticas públicas para pessoas com deficiência em Mariana.** A Sra. Gilma Vilas Boas, presidente da Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana - ADEM, iniciou sua fala mencionando as barreiras no aprendizado da criança com deficiência que precisavam ser tratadas. As demandas apresentadas, segundo a Sra. Gilma, foram elaboradas a partir da experiência dos pais dessas crianças, que vivenciavam a educação inclusiva do Município de Mariana. Seguiu, então, apresentando os problemas enfrentados. Em primeiro lugar, apontou a demora na contratação de monitores escolares, relatando a situação de crianças que ficaram até um mês sem frequentar a escola como consequência. Afirmou como causa do problema a falta de planejamento da Secretaria, e sugeriu que fosse estudado o fluxo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

de ação dos anos anteriores, quando não houve essa falha. Em seguida, apontou a necessidade de capacitação desses monitores. Em relação às atribuições do cargo, afirmou que os pais dos alunos relatavam despreparo do funcionário no trato com a pessoa com deficiência. Se fazia necessária, de acordo com a Sra. Gilma, a qualificação específica. Afirmou que a Secretaria de Educação oferecia, sim, capacitação aos monitores, mas repassou que os funcionários em treinamento solicitavam mais pragmática no curso, com objetivo de prepará-los para o dia-a-dia com o aluno. Sugeriu, ainda, a capacitação específica dos monitores em Assistência Terapêutica, com o objetivo de desenvolver a autonomia do aluno. Ainda sobre os monitores, sugeriu a redução da carga horária. Em outro aspecto, denunciou que os professores não preparavam material específico para as crianças, muitas vezes delegando ao monitor essa função. Mais um ponto abordado foi sobre as salas de recurso: era preciso, de acordo com a Sra. Gilma, ampliar o atendimento para as creches, com o objetivo de propiciar o atendimento precoce. Afirmou entender as dificuldades de tal ampliação no cenário atual, destacando que havia de se pensar políticas para o futuro. Continuando, questionou a possibilidade de inserção no currículo de aulas de libras a todos os alunos inseridos na rede escolar. Como alternativa, sugeriu a implantação em turmas com crianças surdas matriculadas, com objetivo de evitar o isolamento social da criança. Em seguida, pontuou a situação do transporte escolar: demandou capacitação dos motoristas que atendessem as crianças e jovens com deficiência. Outro aspecto apontado foi a integração sensorial, especialmente para crianças com autismo. A Sra. Gilma sugeriu, nesse aspecto, adaptação da brinquedoteca das escolas com a inserção de elementos de integração sensorial. Garantiu que, para tanto, não se fazia necessária mudança drástica: pequenos elementos, como almofadas e tapetes, serviriam como ferramentas em momentos de crise. Por fim, solicitou capacitação dos professores, inclusive, mas não se limitando a, legislação vigente e discriminação. Afirmou a falta de um profissional pedagogo especializado em educação inclusiva para integrar no ambiente escolar o material, o monitor, o professor e o aluno. A Sra. Juliane, complementando, afirmou que a realidade das escolas denunciava o despreparo dos professores e dos monitores, especialmente nos últimos anos do fundamental e ensino médio, onde faltava o olhar pedagógico. Afirmou que para ser possível a inclusão seria necessário estrutura, capacitação e principalmente planejamento. Falou sobre o Plano de Desenvolvimento Individual, documento elaborado com o objetivo de pautar as atividades de cada aluno especificamente, definindo um curso direto e clareza nas ações didáticas. Denunciou a falta desse documento nas escolas, se tratando de um planejamento essencial para o norteamento da atividade pedagógica, sem o qual se perderia a oportunidade de aprendizado e se condicionaria o monitor à função de cuidador. A Sra. Renata respondeu que, idealmente, haveria um professor destinado à sala de recurso cuja função seria justamente essa ponte, e que seria necessário entender o que estava impedindo esse processo, garantindo que verificariam nas escolas. Por sua vez, a Sra.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hêlvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

Gilma apresentou à Secretária o programa Gestão Inclusiva, sediado em Belo Horizonte, que consistia em uma plataforma, já implantada em duas cidades, Itaúna e Carmo do Cajuru, com aulas online para os professores de capacitação. Além disso, a plataforma ofertava armazenamento de um histórico de cada aluno da rede escolar, com arquivos dos PDIs anteriores. Afirmou, em suma, que a plataforma se resumia em ferramentas para acompanhar o aluno e capacitar o professor, além de consultoria especializada. Dando sequência às discussões, a Sra. Polyana Daher leu as solicitações da AVANTE, ressaltando que algumas tratativas já se encontravam em estágio avançado por terem sido apresentadas anteriormente. Em primeiro lugar, demandou a oferta de cursos de capacitação aos profissionais da rede de educação, extensivos aos demais profissionais. Afirmou haver indicação pela Câmara Municipal da inserção do Professor de Apoio, profissional diferente do monitor. Além disso, sugeriu palestras ou livros gratuitos para os familiares das pessoas com deficiência, demanda que a Sra. Elizete respondeu estar em solução, afirmando a importância da atenção à saúde na educação. A Sra. Polyana prosseguiu sugerindo a contratação de um profissional capacitado para dar apoio ou suporte aos professores na elaboração do PDI. Afirmou que essa sugestão não se restringia a rede pública, sendo um problema a ser tratado também na rede particular. Além disso, afirmou que se fazia necessária a capacitação dos monitores de educação especial. Pelo desgaste causado na jornada de atendimento a mais de uma criança, e consequente prejuízo na qualidade do serviço, sugeriu o acompanhamento de aluno em meio período do expediente e capacitação no restante. Afirmou que, para tanto, seria necessária alteração na legislação municipal. Além disso, falou sobre a importância da atenção ao transporte, relatando caso de criança entregue em escola errada, e denunciou o risco, principalmente a uma criança não verbal. Sugeriu, então, que um monitor acompanhasse o trajeto, não ficando sob responsabilidade do motorista. Dando prosseguimento, solicitou a substituição das sirenes da escola por sinal sonoro. Solicitação antiga perguntou como estava o andamento da alteração. Por fim, demandou maior oferta das salas de recurso. Em resposta às solicitações, a Sra. Elizete garantiu que todos os pontos abordados eram de grande importância para o processo de inclusão efetivo na educação. Afirmou que, em alguns casos, se fazia complexa a intervenção, pontuando a necessidade de atuação em conjunto com a Câmara Municipal para alteração de legislação específica dos cargos de monitoria, por exemplo. Sobre a falta de monitores nas escolas, afirmou que antes da monitoria era preciso conhecer o aluno, não sendo recomendação da Secretaria a interrupção da frequência do aluno. Disse ser preciso conhecer o aluno e entender suas demandas, para então definir a necessidade ou não de monitoria. Finalizou afirmando que o aluno era, antes de tudo, aluno da escola, sendo responsabilidade da mesma se preparar para recebê-lo. Resumiu os recursos disponíveis na educação municipal: sala de recursos, monitores, intérpretes de libras e professores regentes. De acordo com a Sra. Elizete, esses recursos, em conjunto com a família e com os atendimentos externos, ajudariam a escola na garantia de aprendizado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

Garantiu enquanto Secretária de Educação que compreendia as demandas e reivindicações, e afirmou comprometimento da pasta com a inclusão. Sobre o material didático, concordou que não se deveria adaptar a atividade isoladamente, mas sim o currículo completo, com auxílio do PDI. A Sra. Polyana perguntou se houve licitação dos sinais sonoros, informação que não soube ser respondida pela equipe da secretaria. Apesar disso, a Sra. Rosângela sugeriu, a depender do preço, que o sinal fosse colocado como prioridade das escolas para investimento da verba do PDDE (Programa Dinheiro Direto nas Escolas) da unidade, caso não houvesse andamento na licitação. Por sua vez, a Sra. Aparecida, da ADEM, trouxe à pauta o PME (Plano Municipal de Educação) afirmando que tinha validade de dez anos, com vencimento em dois mil e vinte e cinco. Com isso, o momento atual seria importante para construção do próximo plano de maneira adequada, com antecedência, em conjunto com a Câmara Municipal. Atentou, inclusive, para ação urgente necessária para garantir orçamento na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), pois a disponibilidade de orçamento seria o pilar básico das ações implementadas, sem o qual seriam impossíveis muitas das intervenções propostas. O Sr. Daniel, seguindo a apresentação das demandas, solicitou atenção à criança no horário do recreio, e a Sra. Aparecida sugeriu como solução a criação do cargo para esse funcionário por meio de lei do executivo, passando por aprovação da câmara, processo sem o qual não seria possível a contratação. Sugeriu, ainda, a revisão do quadro de funções atual durante a próxima conferência municipal de educação. Sobre o acompanhamento no recreio, a Sra. Rosângela afirmou que o cargo de inspetor de alunos havia sido extinto em dois mil e dezenove, sendo intenção da Secretaria a revogação do decreto que o extinguiu. Isso se dava, segundo a Sra. Rosângela, por se fazer necessária a figura do inspetor durante os intervalos, mas que a função seria repensada em uma formação continuada do funcionário e capacitação. Em um relato pessoal, a Sra. Rossana, da APAE, se apresentou como mãe de um filho de 29 anos com autismo. Disse ter matriculado o filho na escola regular e entendido que, muitas vezes, seria insuficiente, a depender do grau de comprometimento do aluno. Afirmou ser um assunto a ser abordado desde a formação do profissional educador, sendo atribuição do Governo Federal a criação de diretrizes para melhorar a formação de professores para o ensino especial. Afirmou que, conforme o grau de comprometimento do aluno, os recursos oferecidos pela escola regular não seriam eficazes pois, em muitos casos, o processo cognitivo do aluno seria totalmente diferente do que a escola pode ofertar. Contou sua experiência como mãe de, com o objetivo de que o filho aprendesse a ler e escrever, ter frequentado a escola junto com seu filho, e afirmou que os colegas aceitavam bem. Emocionada, disse que acima de tudo era mãe. Aceitou que seu filho iria para a escola, mas que não aprenderia a ler e escrever. Apesar disso, relatou que a vivência social era bem exercida. Afirmou acreditar na inclusão escolar, mas muito mais na inclusão social, e afirmou que os filhos devem estar em toda parte, onde puderem. Agradeceu à Sra. Elizete e disse que a Secretaria ofereceu as ferramentas possíveis para



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

o aprendizado. Recebeu uma salva de palmas. Com a palavra, o Sr. Guilherme Gontijo, educador convidado pela APAE, afirmou que, a partir da história milenar do ser humano, era possível avaliar que sempre existiram sistemas cognitivos diferentes e formas incontáveis de visão de mundo. Pontuou que, por muitas vezes, era valorizado que os filhos aprendessem a ler e escrever, mas que esta era apenas uma forma de conhecimento a ser adquirido. Concluiu sua fala afirmando que a inclusão era um conceito abstrato por depender da compreensão do processo cognitivo de cada aluno, resultando em um plano de ação diferente para cada indivíduo. Com a palavra, a Sra. Elizete propôs que todos os presentes na discussão desta reunião comparecessem à apresentação do Plano de Educação. Com a palavra, o Sr. Alessandro Thomaz agradeceu a oportunidade e sugeriu que nas próximas reuniões fosse estipulado tempo de fala aos participantes para garantir a objetividade e o andamento das discussões. Agradeceu a disposição da Prefeitura de Mariana como familiar de autista e como portador do mesmo, mencionou já ter protocolado pedido de substituição das sirenes escolares. Afirmou entender que algumas solicitações e sugestões seriam de mais rápida solução e outras dependeriam de alteração na legislação, sendo mais gradativas. Concluiu que havia sido feito o possível até o momento, se referindo à solicitação e apresentação das demandas. Sugeriu, se não houvesse mais pauta, que se finalizasse a reunião por momento, e que na próxima se apresentassem as soluções e até mesmo outras demandas. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, em nome de Deus e do povo Marianense, o Vereador Ricardo Miranda agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada: